

Ata da 8ª Sessão Ordinária no 1º Período do 24º Ano Legislativo da Câmara Municipal de Guapimirim, realizada no dia 5 de Abril de 2016.

Às onze horas e cinquenta e três minutos do dia cinco de abril de dois mil e dezesseis, sob a presidência do Vereador **André de Azeredo Dias**, realizou-se a *Oitava Sessão Ordinária no Primeiro Período do Vigésimo Quarto Ano Legislativo da Câmara Municipal de Guapimirim*. Dando início à reunião, o senhor **Presidente** pediu ao Segundo Secretário que fizesse a chamada dos Srs. Vereadores, verificando-se a ausência da vereadora Rizê da Silva Silvério, que se encontrava de licença médica. Logo após, colocou em discussão a ata da sessão anterior, que, não havendo quem quisesse fazer uso da palavra, foi aprovada por unanimidade. Após, pediu ao Primeiro Secretário que fizesse a leitura dos documentos constantes do *EXPEDIENTE*, a saber: PROJETO DE RESOLUÇÃO: - n.º 732/16, de autoria da **Mesa Diretora**; REQUERIMENTOS: - n.ºs 008, 009, 010, 011, 012 e 013/16, de autoria do ver. **André de Azeredo Dias**; INDICAÇÕES: - n.ºs 136, 137, 138, 139 e 140/16, de autoria do ver. **André de Azeredo Dias**; - n.ºs 141, 142, 143, 144 e 145/16, de autoria do ver. **Max Alexandre Felizardo Castro**; - n.ºs 146, 147 e 148/16, de autoria do ver. **Fernando Amaro Garcia**; - n.º 149/16, de autoria do ver. **Claudio Vicente Vilar**; - n.ºs 150, 151 e 152/16, de autoria do ver. **Oswaldo Pereira da Rocha**; CONVITE: - Seminário de Turismo Rural “Em tempos de crise, o turismo rural como gerador de renda”, da **Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Lazer**. A seguir, antes de passar a palavra aos Vereadores, o **Sr. Presidente** informou que o pedido de licença fora protocolizado no dia 31 de março de 2016, pela Vereadora Marina Pereira da Rocha, e para tanto foi submetido Projeto de Resolução da Mesa Diretora naquela Sessão Ordinária. A Proposição foi aprovada por unanimidade dos presentes. Dessa forma, o Presidente convocou o suplente de Vereador da **Coligação PTdoB/PR/DEM**, MAX ALEXANDRE FELIZARDO CASTRO, para tomar posse no prazo de máximo de quinze dias, a contar do recebimento da convocação. Ato contínuo, o Vereador Presidente, André de Azeredo Dias, fez adentrar no Plenário o suplente de Vereador, MAX ALEXANDRE FELIZARDO CASTRO, para proceder ao compromisso de posse, conforme constante no Termo de Posse, uma vez que se encontrava à disposição da Câmara, caso o pedido de licença para tratar de interesse particular fosse aprovado. Continuando, antes de passar a palavra aos Senhores Vereadores, o **Sr. Presidente** explanou acerca de duas informações que foram veiculadas nas redes sociais e que muito o entristecera e surpreendera. Falou que uma delas era referente aos Fiscais, e aproveitou para agradecer a presença dos mesmos no Plenário. Quanto ao Projeto de Produtividade dos Fiscais, disse que o Governo, numa atitude covarde, tinha informado aos mesmos que o Projeto

encontrava-se naquela Casa de Leis. Todavia, o Sr. Presidente deixou bem claro para aqueles profissionais, que se o Projeto estivesse naquela Casa já teria sido aprovado, e que em momento algum, nenhum dos pares daquela Casa havia feito qualquer movimento contrário àquele benefício para a classe. Mesmo porque havia ali Vereadores que também já foram fiscais, e que estavam muito preocupados com aquela questão, logo, tudo que trouxesse benefício aos servidores daquele município seria aprovado naquela Casa. Após, lembrou a situação do Plano de Cargos e Salários da Secretaria de Educação, o qual estava engavetado havia anos e fora aprovado naquela gestão daquela Casa Legislativa; então, também queria estender a todos servidores do município, principalmente aos fiscais ali presentes, os merecidos benefícios, assim como os recebera os servidores da educação. Sendo assim, enfatizou novamente que aquela Casa estava lutando bravamente contra a atitude covarde para com os Fiscais, que ora era imputada ao Poder Legislativo. Complementando, disse que o Projeto já havia passado por diversas Secretarias e que estava travado lá, e não o encaminhavam para aquela Casa, e que quando o fizessem, ele, Presidente, garantia que o mesmo seria aprovado por unanimidade naquela Casa de Leis, pois se tratava de um benefício que os Fiscais tinham todo o direito, em razão do trabalho que vinham desempenhando no município. Quanto à outra informação que lhe causara espanto, era de que seriam descontados vinte por cento do salário dos servidores que recebiam acima de dois mil reais, ressaltando que aquela era mais atitude covarde e que aquela Casa não aprovaria. Logo, reiterou que tal ato não tinha sido aprovado naquela Casa e que, em hipótese alguma, qualquer um dos Vereadores presentes iria compactuar com uma atitude daquela natureza. Dando continuidade, comunicou que ainda naquele dia estaria entrando com o pedido de informações, a fim de ter conhecimento acerca da veracidade daqueles fatos e, principalmente, sobre sua legalidade, uma vez que nada tinha passado por aquele Parlamento; muito pelo contrário, pois quando se tratava do servidor público municipal, o que os Vereadores queriam era conceder benefícios, assegurando que aquela Casa nunca promoveria quaisquer ações que trouxessem transtornos ao servidor público. Exemplificando, disse que era necessário ter habilidade administrativa, assim como tiveram naquela Casa de Leis, em que mesmo em um período de crise, reajustaram o salário dos servidores da Câmara. Então, outra vez o ilustre Presidente ressaltou que era uma atitude muito covarde tentar descontar do servidor que estava na rua trabalhando, com toda a dificuldade. Em seguida, passou a palavra aos Senhores Vereadores. Com a **palavra**, o Vereador **Fernando Amaro Garcia** deu início à sua fala declarando ao Sr. Presidente que ele, Ver. Fernando, não precisava de oportunidade para falar, pois o mesmo já tinha falado tudo. O nobre Edil afirmou que podiam contar com ele, porque considerava uma covardia o que o Governo estava fazendo com os Fiscais, e agradecia

a Deus por Sua Excelência ter esclarecido os fatos. Disse que chegava a ser vergonhoso quando entravam naquela Casa e viam aquelas pessoas, as quais poderiam estar pensando que os Vereadores estavam compactuando com aquilo, mas o Sr. Presidente acabara de expor que os nobres Edis não tinham nada a ver com aquela atitude, pelo contrário, estavam juntos para somar com a categoria. Ratificou, então, que podiam contar com ele, Ver. Fernando. Com a **palavra**, o **Sr. Presidente** parabenizou o nobre Edil por suas palavras, destacando que realmente era uma luta, sendo muito mais fácil a pessoa imputar aquela ação a outrem, mas que era necessário, sim, chamar a responsabilidade e resolver o problema. Com a **palavra**, o Vereador **Oswaldo Pereira** iniciou suas palavras agradecendo a Deus por mais um dia de vida e salientou que aquela Casa nunca se negara a conceder qualquer benefício para os funcionários do município, e com certeza jamais estariam aprovando algo que viesse a prejudicar o funcionalismo público. Relatou que, no dia anterior, estiveram circulando por algumas Secretarias e que foram abordados por alguns funcionários perguntando se aquela questão da redução dos salários tinha chegado à Câmara. Respondeu aos mesmos que não, de forma alguma, e que se algum Projeto daquela natureza houvesse sido encaminhado para a Casa Legislativa não seria aprovado, porque dizia respeito a pessoas que trabalhavam e precisavam do seu sustento. Ponderou que havia outras formas de o Governo reduzir os custos, isto é, outros caminhos que não sacrificassem o seu funcionário. Em seguida, abordou a questão do transporte escolar, comentando que os alunos, mais uma vez, estavam sendo prejudicados pela falta de condução. Falou que novamente os pais dos alunos estavam cobrando uma posição em relação àquela situação, e com todo direito, porque o custo aumentava muito, afetando, assim, cada aluno que tivesse que pagar sua passagem. Por tais razões, fizera um pedido ao Sr. Prefeito Marcos Aurélio Dias, que atualmente era o Administrador daquela cidade, a fim de que pudesse estar revendo aquela situação, já que, mais uma vez, o transporte fora interrompido. Afirmou que o Sr. Prefeito havia se comprometido em retornar com os ônibus, o que de fato acontecera; todavia, outra vez, estava havendo comentários de que seria novamente indisponibilizado. Contou que dissera ao Sr. Prefeito que como eles estavam no comando da administração do município, deveriam providenciar meios para que os alunos pudessem ter condições de cursarem sua faculdade. De novo, ressaltou que aquela Casa de Leis jamais seria covarde em prejudicar qualquer funcionário do município de Guapimirim, porque eles sabiam que eram pessoas de bem e que trabalhavam para buscar o sustento da sua família, tendo a Câmara se mostrado sempre favorável aos funcionários municipais e o que houvesse de melhor para cada um deles. Com a **palavra**, o **Sr. Presidente** parabenizou o nobre Edil por suas palavras, e justificou dizendo que tinha tomado a liberdade de se antecipar à palavra dos nobres Vereadores, falando em nome dos

mesmos, porque tinha a certeza de que era o sentimento de cada um deles. Falou que o assunto em tela havia sido abordado na reunião tiveram momento antes, e que todos saíram em defesa dos servidores públicos municipais. Com a **palavra**, o Vereador **Max Alexandre Felizardo Castro** iniciou sua fala agradecendo a Deus por estarem presentes naquela Sessão Legislativa, e dando continuidade ao tema referente aos Fiscais do município, explicitado anteriormente pelo Sr. Presidente, pediu que o mesmo, assim como os demais Vereadores, pudessem, definitivamente, decidir aquela questão pertinente aos Fiscais. Explanou que todo o tempo estiveram reunidos e conversando com aqueles profissionais e, na maioria das vezes, com o André, Clóvis e o Wellington, os quais estavam representando a classe, e informou que nas últimas semanas houvera um afastamento deles, Vereadores, devido ao calendário eleitoral, que tinha perdurado até o último sábado; assim, tinha havido uma correria muito grande pela procura do Presidente do Partido ao qual estavam filiados, a fim de que pudessem assinar a desfiliação. Ademais, tinha prazo certo para o ingresso em outro partido, como fora o seu caso, que havia optado por trocar de legenda. Esclareceu que tal processo podia parecer fácil, mas a verdade era que tinha sido desgastante, haja vista que precisavam ficar observando onde seus companheiros ficariam na próxima empreitada da eleição, pois naquele dia a pessoa estava com você, mas passava uma semana e a pessoa já tinha saído, e aquele partido de repente já ficava desfavorável; logo, acabava sendo um desgaste muito grande, ratificou. Então, voltando ao assunto dos Fiscais, pediu ao Sr. Presidente e aos demais Vereadores para que pudessem retomar a conversa que eles vinham tendo, porém, de forma mais decisiva, a fim de que realmente resolvessem aquela situação, ainda que a resposta fosse um “não”. Ponderou que talvez não fosse atingido o percentual reivindicado pela categoria, mas independente do percentual, que resolvessem de uma vez, porque acabava se tornando desgastante e constrangedor, pois construíam uma amizade com as pessoas e não viam o problema solucionado. Por tais razões, reiterou o pedido no sentido de pôr um “fim” àquela situação, independentemente do percentual concedido, mas que de uma vez por todas pudessem se reunir com os Fiscais e o Poder Executivo, que era de onde tinha que partir o Projeto, e viabilizar a sua imediata aprovação, na íntegra, ou com Emenda. Prosseguindo, esclareceu que aprovaram o Projeto anterior até sem Emendas, justamente para não atrasar o processo, mas, infelizmente, ocorreram alguns problemas, e de nada tinha adiantado toda aquela correria e esforço dos legisladores para que os Fiscais não fossem prejudicados. Em seguida, disse que em relação aos ônibus da faculdade, cujo problema o nobre Vereador Osvaldo Pereira trouxera à tona, contou que ele, Ver. Max, também havia sido procurado naquela Casa para tratar do mesmo caso, e sustentou que como já alertara anteriormente, enquanto os estudantes não criassem uma Comissão Permanente, com o objetivo de

acompanhar os desdobramentos do Orçamento, promovendo a inserção do Projeto e a conseqüente reserva de verba para o transporte universitário, aquele martírio não teria fim. Avisou que estava próxima a data para que a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) fosse encaminhada àquela Casa de Leis, momento em que poderiam estar incluindo tal despesa no Orçamento. Para isso, a Comissão deveria fazer um levantamento sobre o custo dos ônibus ao longo do ano, a fim de que fosse incluído no Orçamento, pois só assim os alunos teriam paz e tranquilidade o ano inteiro. Salientou que os universitários deveriam ter aquela preocupação ao longo de todo período escolar, e falou que eles vinham, brigavam, faziam passeata, e após resolverem momentaneamente o problema, ninguém falava mais no assunto, principalmente os que já tinham se formado, uma vez que consideravam que o problema não era mais deles e, sim, de quem estaria estudando no semestre seguinte. No entanto, enfatizou que aquele não era o procedimento correto, e por tal razão ele, Ver. Max, estava cobrando para que criassem uma Comissão Permanente, para que o problema fosse solucionado de uma vez por todas, reiterou. Relatou que já havia participado de Associação de Moradores e que, às vezes, o que mais o irritava era quando alguns moradores os procuravam na Associação, por exemplo, com a finalidade de solucionar a existência de poça d'água e lama em sua porta, e quando resolvia a situação dele não queria mais saber do problema do próximo. Após, assinalou que já levantara a questão acerca do transporte universitário em outra legislatura sua, e que se houvesse sido resolvido lá atrás os alunos atuais não estariam passando por aquele tipo de problema. Logo, disse que gostaria que os nobres Edis se reunissem para resolverem, de uma vez, o problema dos fiscais e o dos ônibus; todavia, salientou que gostaria que se resolvesse primeiro o problema dos ônibus. Sugeriu, então, que se promovesse uma reunião com os estudantes e que criassem uma Comissão Permanente, a qual atuasse junto com os Vereadores, até mesmo em relação à inserção da despesa no Orçamento, objetivando, assim, dar uma solução definitiva para tal problema. Com a **palavra**, o **Sr. Presidente** parabenizou o nobre Edil por suas palavras e por defender aquela luta, e informou ao mesmo que uma das propostas do último Projeto de Lei, de sua autoria, naquela Casa, agregava justamente uma Comissão para que fosse tratada aquela questão do transporte escolar. Quanto ao eventual desconto no salário dos servidores, disse que se realmente aquele ato fosse considerado legal, a crise pela qual estavam passando tenderia somente a se agravar, porque resultava em menos dinheiro circulando na cidade. Ressaltou ainda que, naquele momento, além da real crise financeira, a maior crise era, sem dúvida, a político-administrativa. Com a **palavra**, o Vereador **Franklin Adriano Pereira** destacou que era em relação à situação dos fiscais que eles, Vereadores, deveriam fazer uma reunião com o Executivo, a fim de que pudessem uma solução ao caso. Argumentou, que seria ótimo se

fosse possível, mas que se não fosse, que informassem de uma vez, porque os Fiscais vinham sempre acompanhar as Sessões, acreditando que o Projeto viesse para aquela Casa, e com esperança de o mesmo ser aprovado. Logo, reiterou a necessidade do agendamento de reunião para uma decisão final sobre o assunto. Em seguida, explanou sobre um fato lamentável que vinha acontecendo na cidade deles, no caso, o crescimento do tráfico de drogas. Falou que, infelizmente, nos dias de hoje, em qualquer esquina havia um “moleque” vendendo drogas, afirmando não saber se se tratava de um problema social, ou se era fruto da falta de policiamento. Citou a chacina que ocorrera recentemente no bairro do Sapê, então, ressaltou a necessidade de se reforçar o policiamento e dar um basta àquela violência. Afirmou que precisavam pegar aqueles “vagabundos” e colocá-los na cadeia, para, assim, acabar com aquela algazarra que estavam promovendo. Salientou ainda que deveriam unir forças com as pessoas de bem e denunciar, com o propósito de recolher aqueles traficantes na cadeia, já que não podiam admitir a ocorrência de tanta violência. Disse que na sua opinião os viciados também deveriam ser levados para a delegacia, porque eram eles que alimentavam a droga e aquela coisa ruim dentro cidade, cujo malefício poderia ser comparado a um câncer, o qual só tinha tendência a crescer, e que não iria demorar muito para sair do controle, aliás, como eles já vinham presenciando. Dando continuidade, citou o Projeto de autoria do Sr. Presidente, aprovado por aquela Casa, o qual criava o Centro de Monitoramento por câmeras na cidade, cuja implantação iria inibir e evitar muitos problemas, mas, infelizmente, ainda não haviam conseguido colocá-lo em prática. Informou que eles, os Vereadores, vinham lutando muito para implementar aquele Centro de Monitoramento, com a certeza de que iria reduzir significativamente a violência, bem como propiciar melhores condições de fiscalização à polícia. Em referência ao problema dos ônibus, falou que deveriam fazer uma reunião para decidirem sobre a questão, pois os mesmos não podiam funcionar de maneira intermitente; logo, precisavam definir a situação, pois a disponibilidade daquele transporte era de suma importância para os estudantes, tanto pelo caráter financeiro quanto pela questão de segurança. Exemplificando, disse que se um jovem do município pegasse um ônibus e fosse para Duque de Caxias, voltando somente de madrugada, certamente estaria correndo perigo; assim sendo, asseverou que precisavam resolver aquele problema definitivamente. Em seguida, comunicou que naquele dia estaria concedendo uma Moção de Aplausos ao Secretário de Saúde, o qual estava completando noventa dias à frente daquela Secretaria. Disse que o mesmo tinha ampliado o Projeto da Saúde Bucal, propiciando, assim, o atendimento no Vale das Pedrinhas e no João Arruda, aos sábados. Ademais, informou a existência de ortopedista vinte e quatro horas no hospital, bem como a ampliação e atualização dos serviços. Acrescentou que já tinham conseguido, também, duas viaturas para o

combate a epidemias, deduzindo que o Secretário estava realmente administrando os problemas. Por fim, disse que aquela Casa aprovara uma Moção de Aplausos merecida, uma vez que o Secretário conseguia agir e promover ações na Saúde, mesmo naquele momento de crise. Com a **palavra**, o **Sr. Presidente** parabenizou o nobre Edil por suas palavras, e disse que o nobre Edil abordara a questão da violência no município. Expressou que era com tristeza que eles comunicavam que não conseguiam executar aqueles projetos tão importantes e necessários para o município. Destacou que vinham discutindo desde o primeiro dia de mandato sobre aquele projeto do Centro de Monitoramento no município, no entanto, ainda não conseguiram implementá-lo. Disse que estava presente, ali na Sessão, o Guarda Municipal Fiuza, o qual era um grande guerreiro que vinha lutando muito pela Guarda Municipal e tentando ajustar um pouco as ações da própria Guarda no município. Contou que havia um projeto de gestão compartilhada entre a Guarda Municipal e a polícia militar no município, e que todos eram projetos elaborados por aquela Casa Legislativa, mas que suas execuções esbarravam em diversas dificuldades. Assim, parabenizou o Guarda Municipal Fiuza pela garra e por não desanimar em nenhum momento, mesmo diante de todas aquelas dificuldades. A seguir, relatou que haviam feito a Indicação para a implantação da ronda escolar, liderada pelo Guarda Fiuza, e o parabenizou pelo brilhante trabalho que vinha desempenhando na Guarda, principalmente com a ronda escolar, cujo resultado era muito positivo. Falou que mais uma vez houvera uma notícia de que queriam acabar com a ronda escolar, frisando que aquilo que estava dando certo não poderia ser interrompido. Continuando, o nobre Presidente disse não saber se era questão política, mas que torciam para que a ronda escolar continuasse, visto que trazia mais segurança para os estudantes da rede municipal. A seguir, disse que cabia ao Estado zelar pela Segurança, e comunicou que na próxima sexta-feira tinha uma agenda já marcada com o Comandante Geral da Polícia, com vistas a encontrar alguma solução para aquele momento, e que por meio do Governo do Estado iriam em busca de uma solução para aqueles problemas que estavam assolando o município, os quais estavam relacionados à questão da Segurança Pública. Antes de iniciar a leitura da Ordem do Dia, comunicou a falta da Vereadora Rizê, a qual retornara àquela Casa, porém, ela estava com o atestado de quinze dias para pudesse dar continuidade ao seu delicado tratamento de saúde. Assim, pediu a todos que orassem pela mesma e pedissem ao Pai Celestial para que cuidasse de sua grande amiga, a Vereadora e Secretária que lutara e vinha lutando a cada dia pelo município, a fim de que voltasse logo àquela Casa de Leis e retornasse aos trabalhos, em defesa da população de Guapimirim. Concluído o Expediente, deu-se início à ORDEM DO DIA. Em pauta, **Projeto de Lei n.º 1.133/16**, de autoria do Vereador **Claudio Vicente Vilar**. Não havendo quem quisesse fazer uso da

palavra, o **Projeto de Lei** foi **aprovado** por unanimidade em **primeira** discussão. Em pauta, **Projeto de Resolução** n.º **732/16**, de autoria da **Mesa Diretora**. Não havendo quem quisesse fazer uso da palavra, o **Projeto de Resolução** foi **aprovado** por unanimidade em **única** discussão. Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. **Presidente** encerrou a sessão quando eram doze horas e vinte e três minutos. Nada mais tendo a registrar, eu, **Franklin Adriano Pereira**, _____, Primeiro Secretário, mandei lavrar a presente Ata que, depois de lida, discutida e aprovada, vai assinada por mim e pelos demais Vereadores.